

Transmissão da psicanálise e formação psicanalítica

apontamentos a partir da experiência do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae¹

Flávio Carvalho Ferraz

Flávio Carvalho Ferraz é membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e livre-docente pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo; autor do livro *Normopatia: sobre adaptação e pseudonormalidade* (São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002), entre outros.

Resumo O trabalho parte da experiência da transmissão da psicanálise e da formação psicanalítica no Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae para apresentar os fundamentos teóricos do chamado *tripé analítico*. Defende que um projeto institucional de formação deve se alicerçar em convicções epistemológicas acerca do objeto da psicanálise, do fazer analítico e das condições institucionais adequadas. Todos os elementos do tripé devem, de diferentes maneiras, produzir efeitos analíticos. Além disso, os dispositivos institucionais subjacentes à formação devem funcionar de forma solidária ao tripé, criando um ambiente que seja acolhedor mas que não favoreça a alienação.

Palavras-chave transmissão da psicanálise; formação psicanalítica; tripé analítico.

1 Apresentado na jornada "Psicanálise hoje: caminhos da formação e da transmissão", promovida pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, São Paulo, no dia 26 de abril de 2008. Agradeço a Ana Maria Sigal, Maria Laurinda Ribeiro de Souza, Myriam Uchitel, Nelson da Silva Junior e Sílvia Leonor Alonso, pelo envio do material escrito que me auxiliou na produção deste texto.

Tratarei, nesta apresentação, das linhas gerais que fundamentam o chamado *tripé analítico*, acrescentando observações sobre os dispositivos institucionais que dão esteio a um projeto de formação. Falo aqui a partir da experiência do *Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae*, no qual o trabalho de formação de analistas teve início, há mais de trinta anos, por meio do *Curso de Psicanálise*. Posteriormente, outras frentes de trabalho foram se abrindo dentro do Departamento, entre elas o *Grupo de Transmissão Externa e Pesquisa* (GTEP), encarregado da formação psicanalítica para além das fronteiras do Instituto Sedes Sapientiae e de São Paulo.

Entendo que um projeto institucional de formação tenha que se alicerçar em convicções epistemológicas acerca do objeto da psicanálise, do fazer analítico, da formação do analista e das condições institucionais que permitem seu funcionamento. Assim, procurarei fazer aqui um relato teoricamente fundamentado da nossa experiência institucional com o tripé analítico, começando por enfatizar que este se compõe de elementos organicamente articulados, regidos por um mesmo eixo interno, que é o elemento *analítico* que deve impregnar cada um deles. Este mesmo elemento deverá estar presente nos dispositivos institucionais subjacentes à formação, colocando-os de forma solidária ao tripé. Isto significa, em termos gerais, que a formação psicanalítica deve ser ela mesma analítica, e que se esperam efeitos analíticos de cada elemento do tripé e dos dispositivos institucionais, o que não quer dizer que eles se confundam com a análise *stricto sensu*.



“o objetivo da psicanálise é o sentido encarnado, a significação materializada. Esta é a definição da ruptura profunda de Freud com a ciência psicológica e psicopatológica de seu tempo”

[Regina Schnaiderman]

Quando se fala em *transmissão da psicanálise* e em *formação psicanalítica*, insiste-se na peculiaridade dessas empreitadas, que são irreduzíveis às noções de *ensino* e de *aprendizagem* que se aplicam às disciplinas derivadas da ciência em geral, sejam as ciências naturais, sejam as ditas humanas². Não se trata de mera idiossincrasia dos psicanalistas, mas de uma exigência intrínseca ao objeto da psicanálise, que vem a ser o *psíquico*, objeto definido por Freud, que difere do objeto natural das ciências duras, do objeto cultural das ciências humanas e, também, do objeto da hermenêutica. Por quê?

Para começar a responder a esta questão complexa, recorro a definições que devemos a Regina Schnaiderman³: “O objetivo da psicanálise é o sentido encarnado, a significação materializada. Esta é a definição da ruptura profunda de Freud com a ciência psicológica e psicopatológica de seu tempo. Mas a psicanálise não é simplesmente a teoria do seu objeto: ela é a atividade que faz falar em pessoa. É nesta fala que a psicanálise encontra sua origem e seus princípios”.

Fala-se da psicanálise como *ofício impossível*, e na formação, por extensão, também como processo impossível e interminável. Ora, o que determina esta asserção nada mais é do que o próprio objeto da psicanálise. Objeto que foi nomeado por Freud como o *inconsciente*, e que coincide com o *psíquico*. Portanto, ao falar da particularidade da transmissão da psicanálise,

não estamos em busca de asserções categóricas, que saibam a regras ou princípios outros que não aqueles exclusivamente derivados do método adequado à investigação do nosso objeto. Quero dizer com isso que é necessário que a especificidade da transmissão da psicanálise se justifique por sua particularidade epistemológica e, por conseguinte, de seu método de produzir conhecimento, tanto na situação clínica como nos processos de teorização.

A peculiaridade de que falo foi assim esboçada por Regina Schnaiderman: “Sabemos que: 1) o saber do analista tem como objeto o estudo do funcionamento psíquico; 2) a particularidade deste saber consiste na necessidade, tanto para o analista quanto para o analisando, de, a cada vez, reencontrá-lo *in vivo*; 3) isto o diferencia do que seria, por exemplo, o saber matemático [...]; a respeito deste sujeito particular com quem me enfrento eu não conheço nada: o que eu sei é o caminho para fazê-lo chegar a este conhecimento; 4) donde se conclui que o saber do analista se resolve num saber analisar, isto é, ser capaz de levar um outro sujeito à decifração do seu texto inconsciente; analisar é um fazer saber e não um saber fazer”.

Assim, o saber psicanalítico tem a curiosa característica de ser um primoroso não saber! E qual seria a sua fonte? Ainda segundo Regina Schnaiderman⁴, seriam: “1) os textos de Freud, sim, mas isso não basta; 2) o fato de ter sido analisado; sem dúvida, mas isso também não basta; 3) o fato de ser analista, o fato de analisar. Esta terceira origem do saber coloca o que é de demonstrar como já demonstrado. Esse é um dos paradoxos da psicanálise.”

Daí a idéia, apenas aparentemente jocosa, de que a formação psicanalítica é da ordem do impossível. Para dar conta desta simultaneidade de elementos que são condição prévia um para o outro é que se cunhou a idéia do tripé formativo.

A chave-mor para o acesso ao analisar, uma vez reconhecido o objeto da análise, será a própria análise pessoal. Tanto que, por mais que haja divergências entre as escolas em relação à formação, nenhuma delas duvida da necessidade da análise

pessoal na formação do analista. A razão para tal consenso repousa na constatação de que o objeto na psicanálise não pode se apresentar de forma exclusivamente intelectual, mas sim na *experiência*.

Freud falava da análise dos sonhos do analista para que este *conhecesse* seu inconsciente e, assim, soubesse, por experiência própria, do objeto da psicanálise. Mas hoje podemos colocar a questão de um outro modo: não se trata de conhecer o inconsciente como se este fora uma memória a ser atingida. Trata-se de que este se deixa apreender apenas na experiência da transferência, ou, indo mais longe, de que ele *vem a ter existência* no espaço intermediário entre analista e analisando. O que se experimenta como inconsciente na experiência de ser analisado – experiência da livre associação diante do outro-analista – é correlato ao que se experimentará como *interpretação*, na condição de analista, por meio da escuta pautada pela atenção flutuante⁵.

Neste ponto, podemos traçar a linha divisória entre o que é o estudo da teoria psicanalítica – que se pode fazer no âmbito da universidade, por exemplo – e o que é a formação psicanalítica, na qual a teoria terá que se

»
*o aparato psíquico do analista
se empresta na função de analisar,
portanto é fundamental que
sua análise o leve a sensibilizar-se
para as manifestações
do inconsciente*

fazer germinar pela experiência de ser analisado e de analisar.

Feitas essas considerações, podemos partir para cada um dos termos do tripé, sempre de acordo com a nossa concepção de transmissão da psicanálise e de nosso projeto de formação psicanalítica no âmbito do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

1. Em relação à análise

Conforme já começamos a delinear, a análise pessoal do analista é a condição essencial para o alcance do objeto analítico. Dada a condição supra-intelectual do mesmo, conhecer tal objeto é entrevê-lo em si próprio. Como afirma Silvia L. Alonso⁶, “é no espaço da própria análise que o analisa irá fazer a experiência singular do inconsciente atualizado na transferência, adquirindo assim um saber que não está nos livros, já que se trata da verdade totalmente única e singular do sujeito”.

O aparato psíquico do analista se empresta na função de analisar, portanto é fundamental que sua análise o leve a sensibilizar-se para as manifestações do inconsciente – ou expressões do psíquico, que são simbólicas – e a produzir as discriminações que lhe possibilitarão funcionar como suporte da transferência do seu analisando. O que entra em questão aqui é o fato de que

2 Os termos *transmissão* e *formação*, ainda que sejam preferíveis a *ensino*, também não deixam de trazer conotações problemáticas. Cada um deles insere-se em diferentes tradições psicanalíticas, e sua escolha implica, é claro, uma intencionalidade. Não é meu objetivo, no âmbito deste trabalho, fazer uma discussão sobre a procedência dos termos, seja histórica ou semântica. Gostaria apenas de mencionar um trabalho de Bernardo Tanis (“Considerações sobre a formação psicanalítica: desafios atuais”; p. 31-2) em que cada uma destas palavras é examinada no contexto do seu uso pela psicanálise. Ali encontramos a seguinte observação sobre os termos: *transmissão* remete-nos a um processo que se dá nas sociedades tradicionais, associando-se, num registro vertical, às idéias de autoridade e valor; tem, portanto, um vértice religioso que promove uma ilusão de segurança ontológica a quem adere ao modelo, podendo inibir, assim, a ousadia e a criatividade. Já o termo *formação* privilegia o “aspecto processual do vir a ser analista”, com todos os conflitos, as dificuldades e a necessidade de transformações que isso comporta. Mas, adverte Tanis, também pode conotar algo como *formatação*.

3 R. Schnaiderman, “Política de formação em psicanálise: alinhando algumas anotações de leitura”, p. 12.

4 *Idem*, p. 13.

5 Ver J.-D. Nasio, *Cinco lições sobre a teoria de Jacques Lacan*.

6 S. L. Alonso, “A apropriação das heranças no caminho da construção do analista”, p. 168.



analisar o desejo de ser analista é fundamental a fim de se atingir uma posição em que as moções narcísicas submeter-se-ão aos imperativos da análise

94

PERCURSO 41 : dezembro de 2008

o ofício de analisar não se resume a conhecimentos técnicos de um dado método de trabalho, mas pressupõe a participação do instrumento psíquico do analista na tarefa de acompanhar o analisando em sua própria descoberta. Saber analisar é *saber não saber*, e isso difere radicalmente de outros saberes que se aplicam em outros ofícios. E analisar o desejo de ser analista é fundamental a fim de se atingir uma posição em que as moções narcísicas submeter-se-ão aos imperativos da análise: o analista deve saber deixar de existir após ter sabido existir profundamente, na medida da necessidade de seu analisando. Terá que tolerar a resolução da transferência de seu analisando ao fim da análise, o que implicará ser descartado à guisa de *objeto transicional*.

Portanto, esse tipo de exigência que a função de analisar faz ao analista não se resolve com a introjeção de regras aprendidas, mas de elaborações analíticas. Mário E. C. Pereira⁷ resume com precisão esse processo: “É bem claro que a formação de um analista não poderá decorrer meramente de um processo de ensino – por mais rigoroso e inspirado que este seja – de um ofício clínico. É necessário antes de tudo que sua análise pessoal lhe permita descobrir em si mesmo a autêntica disponibilidade para colocar em parênteses seu próprio desejo naquilo que concerne àquele analisante, de modo a poder funcionar como suporte transferencial para descobertas que eventualmente o outro fará sobre si próprio”.

A análise do analista terá, então, efeitos didáticos que, entretanto, se reconhecerão *a posteriori*. É exatamente pela importância que atribuímos à análise pessoal que, na experiência de formação em nosso Departamento, procuramos preservar ao máximo a análise de cada um, deixando que a escolha do analista venha a se reger exclusivamente pela transferência, sem a ingerência da instituição. Explicitando esse posicionamento, Ana Maria Sigal⁸ afirma: “O desacordo total e absoluto com o controle das análises pela Instituição nos leva a pensar que toda análise que recebe um adjetivo tem um objetivo outro que não o da análise. Existe ainda o perigo de que, sob o peso da transferência, o analista se ofereça a si ou à Instituição como modelo ideal, provocando o desvirtuamento ético e a intromissão externa a uma análise”.

Silvia L. Alonso⁹, por sua vez, recorre a Laplanche para lembrar que a análise feita *sob encomenda* por uma instituição pode instaurar, de partida, um *ponto de surdez*, já que a ambição do analisando de tornar-se analista encontra-se com a proposta implícita de que seu analista vai torná-lo, ao analisando, um analista. Isso não quer dizer que se negue que as análises didáticas possam ser efetivamente análises. Mas seria desnecessário, segundo a autora, correr-se o risco da criação de uma *surdez institucionalizante*.

Decio Gurfinkel¹⁰ retoma a crítica da instituição da análise didática a partir de um outro parâmetro: “O princípio fundamental da condição para uma formação (a análise pessoal) pode tornar-se um mandato burocrático cujo ponto cego é a não-discriminação entre cumprimento de tarefa e experiência de análise, que é singular e não pode ser medida por parâmetros formais exteriores a ela mesma”.

Estas críticas que acabamos de considerar concernem, por assim dizer, a aspectos intrínsecos à situação analítica em uma análise didática. Mas poderíamos também mencionar consequências problemáticas da existência de uma lista de didatas, com suas prerrogativas, dentro da instituição formadora. Otto F. Kernberg¹¹,

que foi presidente da Associação Psicanalítica Internacional (IPA), levanta, com conhecimento de causa, alguns desses problemas. Observa que “o papel do analista didata foi incorporado gradativamente a um sistema de *status* organizacional, como parte de uma estrutura de oligarquia administrativa que controla os Institutos de psicanálise e contribui para sua atmosfera autoritária”. Tal atmosfera, prossegue ele, “se atualiza por meio de uma orientação teórica monolítica por parte dos analistas didatas dos respectivos Institutos”, que, para perpetuarem-se no poder, produzem uma “politização do processo de ensino”. Além disso, ainda de acordo com Kernberg, “o *status* de analista didata também conferiu vantagens econômicas, ao assegurar uma fonte de casos de análise”.

Cumpramos lembrar que muitas sociedades ligadas à IPA há muito vêm se preocupando com este tipo de questão, e que têm promovido alterações em seus dispositivos num esforço para contorná-las. E também que os problemas de luta por hegemonia são inerentes a qualquer instituição.

2. Em relação à supervisão

A supervisão, numa definição de Silvia L. Alonso¹², seria o “espaço intermediário, no qual a experiência absolutamente singular vivida numa análise se entrecruza com o discurso articulado.” Não se trata de espaço analítico *stricto sensu*, mas tampouco pedagógico, pois pressupõe que o supervisor não produza simplesmente um dis-

7 M. E. C. Pereira, “O ato analítico e a questão da formação do psicanalista”, p. 223.

8 A. M. Sigal, “O Departamento e o Curso na formação de seus analistas”, p. 107.

9 S. L. Alonso, “Mal-estar inevitável – espaços possíveis (situando algumas questões)”.

10 D. Gurfinkel, “Diálogos com Regina Schnaiderman”, p. 119.

11 O. F. Kernberg, “Crítica comprometida à educação psicanalítica”, p. 98.

12 S. L. Alonso, “A apropriação das heranças no caminho da construção do analista”, p. 168-69.

13 D. Gurfinkel, *op. cit.*

14 *Apud* S. L. Alonso, *op. cit.*

15 L. B. Fuks, “Formação e supervisão”, p.91.

é claro que há riscos
implicados na supervisão,
que dizem respeito à alienação
do sujeito no discurso do outro.
Portanto, convém que o
supervisor não saiba
demais

curso no âmbito psicopatológico-diagnóstico do paciente e nem prescreva manejos técnicos, mas fique atento às posições identificatórias e aos movimentos transferenciais e contratransferenciais. Esta é *abertura* proporcionada pela supervisão, que produz efeitos analíticos sem ser análise.

A responsabilidade ética do supervisor, como lembra Decio Gurfinkel¹³, é de transmitir a *sua* experiência, sob pena de transformar a supervisão em um espaço didático, deixando de lado exatamente o seu aspecto *analítico*.

É claro que há riscos implicados na supervisão, que dizem respeito à alienação do sujeito no discurso do outro. Portanto, convém que o supervisor não saiba demais. Ou que consiga moderar aquilo que Piera Aulagnier¹⁴ chamou de “fantasma de mestria”. O risco aqui é o mesmo oferecido pela instituição de formação: moldar-se o analista.

Outro risco, de acordo com Lucía B. Fuks¹⁵, é o da transformação da supervisão em espaço de avaliação, o que nos obriga a refletir constantemente sobre as “questões relativas a poder, autorização, reconhecimento, responsabilidades, etc., que os processos de institucionalização da psicanálise tendem [...] a suscitar.”

No meu entender, isto pode levar a uma situação superegógica no interior das supervisões, de modo a predominar no supervisionando um temor subliminar de julgamento de seu trabalho clínico sob o crivo da adequação ou não ao que





oferecemos supervisões grupais e individuais no percurso de formação, mas isso não implica que não reconheçamos a necessidade de que cada um busque sua interlocução particular com o supervisor de sua escolha

96

PERCURSO 41 : dezembro de 2008

seria a “autêntica” psicanálise. Vivemos sob o risco de que essa ansiedade leve a melhor, ultrapassando o interesse pelo questionamento do ato clínico em si mesmo. Mas essa é uma herança histórica da psicanálise. A própria fundação da instituição psicanalítica teve como motivação preservar a psicanálise das apropriações indébitas. Conforme Freud¹⁶ confessa em sua autobiografia, este foi o propósito que o levou a idealizar uma instituição que tivesse um *caráter oficial*: “Julguei necessário formar uma associação oficial porque temia os abusos a que a psicanálise estaria sujeita logo que se tornasse popular. Deveria haver alguma sede cuja função seria declarar: ‘Todas essas tolices nada têm a ver com a análise; isto não é psicanálise.’ Nas sessões dos grupos locais (que reunidos constituiriam a associação internacional) seria ensinada a prática da psicanálise e seriam preparados médicos, cujas atividades receberiam assim uma espécie de garantia.”

Compreende-se a motivação de Freud. No entanto, o risco que ali se inaugurou foi o da inibição do pensamento em nome da fidelidade teórica e da unidade institucional.

Dito isso, voltemos ao nosso funcionamento institucional. Oferecemos supervisões grupais e individuais no percurso de formação, mas isso não implica que não reconheçamos a necessidade de que cada um busque sua interlocução particular com o supervisor de sua escolha, tal como se dá com a análise. Esta medida pode atenuar o peso da ins-

tituição na formação do estilo de cada analista, abrindo-lhe um espaço de escuta particular.

A supervisão grupal, segundo Lucía B. Fuks¹⁷, “tem vários aspectos positivos, desde escutar a apresentação de diversos pacientes até ver o supervisor atuar em diversos casos. Existe a possibilidade de receber, em um tempo relativamente curto, toda essa variedade de material e de ver uma pluralidade de modos de abordagem. Quando o grupo não é muito numeroso, a possibilidade de conhecer os integrantes da supervisão e seu trabalho aumenta em forma considerável. Pessoas com menor tempo de experiência podem aproximar-se e configurar um espírito de grupo que facilite as participações dos integrantes e a realização do trabalho.”

Já a supervisão individual possibilita o exame mais acurado dos problemas ligados à contra-transferência, além de propiciar o acompanhamento longitudinal de um único paciente, o que coaduna com a posição epistemológica da psicanálise, cujo conhecimento advém do aprofundamento do estudo do caso único.

Ainda que a supervisão tenha efeitos analíticos – e isso é desejável –, ela não se confunde com a análise. Falamos dos riscos aí envolvidos no que toca aos processos de alienação, quando os poderes da transferência narcísica podem obstar a construção do estilo próprio de um analista. Em vez de *formação*, poderíamos, então, falar em *deformação*. Por esta razão, rechaçamos a concentração do poder da transferência em um único profissional. Como afirma Ana Maria Sigal¹⁸, “o máximo da distorção desta relação se dá [...] quando o poder omnímodo da transferência se concentra num só indivíduo: supervisão, análise e grupo de estudos encarnados no Um, que não tem restrições, que abrange todos os modos de ser.”

3. Em relação ao estudo teórico

Quanto ao estudo teórico, cumpre aclarar a diferença entre: 1) o estudo teórico da psicanálise

tendo a própria teoria como objeto e 2) o estudo da metapsicologia como ferramenta que ocupará um lugar no processamento da escuta psicanalítica, teoria que não precederá a escuta, mas que dirá sobre a especificidade de uma escuta que não é comum.

A primeira modalidade, que toma a teoria psicanalítica como objeto, produz-se no âmbito da academia, e tem servido ao propósito do arejamento da psicanálise, numa espécie de alteridade para as instituições de formação¹⁹, que não podem reivindicar para si exclusividade sobre nenhum tema, o que seria obscurantismo. Portanto, a produção intelectual sobre a teoria psicanalítica amplia a visão crítica que se pode ter sobre ela, alarga os horizontes da discussão de suas possíveis aporias e desvenda as raízes dos conceitos que a metapsicologia tomou de empréstimo da filosofia, da psicologia e das ciências em geral.

Nelson da Silva Junior²⁰ lembra como Laplanche “sempre foi muito explícito e cuidadoso em desvincular a formação universitária, o doutorado em psicanálise e o exercício da psicanálise, o exercício da atividade clínica”, a fim de manter o processo analítico independente da oficialidade institucional, seja a universitária, seja da própria associação de analistas. E reconhece que “a produção acadêmica voltada para a psicanálise naturalmente retro-alimentou e fez desenvolver a clínica psicanalítica”, visto que muitos pesquisadores possuem grande experiência clínica.

Mas, voltando ao que interessa à formação psicanalítica, o trabalho sobre a teoria terá outro caráter. Repito que conhecer o inconsciente significa, em primeiro lugar, experimentá-lo na situação transferencial. Apenas a partir daí é que o objeto mesmo da psicanálise será associado ao

»
o clínico, longe de ser
um “escutador” ingênuo,
só poderá sê-lo quando
for simultaneamente
um epistemólogo
da psicanálise

discurso da teoria no que tange ao método analítico e à sua epistemologia, pois se trata do modo de produzir o conhecimento em psicanálise, que é o da transposição do que se desvela em análise para a construção da metapsicologia. Por esta razão, o discurso da psicanálise não será o de uma pura psicopatologia, mas aquele suficientemente elástico para abrigar o infinito: o que se aplica à *singularidade idiopática*²¹ daquele que se abre em sua historicidade, por meio da palavra, em uma situação única e estranha que é a situação analítica, instituída com o enquadre.

O objeto da psicanálise, quando abordado pela metapsicologia, fala do que se depreende da análise e da clínica. Portanto, não há teoria sem clínica, mas também não há clínica sem teoria. A modalidade de estudo “teórico-clínico”, como o chamamos em nossos seminários, traduz, segundo Janete Frochtengarten²², exatamente este fato de que “não há clínica ateórica”. O clínico, longe de ser um “escutador” ingênuo, só poderá sê-lo quando for simultaneamente um epistemólogo da psicanálise. Sabemos como é difícil, na formação, fazer aceder a noção de objeto psíquico, quando deparamos com a confusão dos objetos naturais da psiquiatria ou da psicologia, ou com a ideologização simplificadora da psicanálise, feita pelos que supostamente a “politizam”. Essa clareza não se obtém com o discurso teórico, só sendo possível na unicidade do tripé analítico. Mais do que da psiquiatria ou da psi-

16 S. Freud, “A história do movimento psicanalítico”, p. 56-7.

17 L. B. Fuks, *op. cit.*, p.90.

18 A. M. Sigal, *op. cit.*, p.108.

19 A. M. Sigal, *Psicanálise e Universidade: entre ensinar psicanálise e formar psicanalistas*.

20 N. da Silva Jr., “Psicanálise: uma titulação, uma especialização, uma profissão?”

21 M. Dayan, “Normalidad, normatividad, idiopatia”.

22 J. Frochtengarten, “A necessária inquietude de quem transmite”, p. 43.



*a psicanálise é, sim,
uma disciplina empírica,
mas não se sujeita às exigências
probatórias próprias das ciências
experimentais, posto que não lida
com eventos reprodutíveis*

98

PERCURSO 41 : dezembro de 2008

ciologia, a psicanálise, na construção de seu discurso sobre o simbólico, deve mais à filosofia da linguagem ou à filosofia das formas simbólicas. Estas têm por objeto o símbolo e a expressão humana que o cria e transmite.

O estudo teórico, no âmbito da formação, produzirá uma apropriação intelectual do objeto da psicanálise, possibilitando um *discurso* sobre ele. Discurso que, ancorado na realidade do objeto psíquico, desfará qualquer confusão do mesmo com o objeto da psiquiatria ou da psicologia. Portanto, o discurso teórico psicanalítico será não só *metapsicológico*, mas sobretudo *epistemológico*, pois visará à construção teórica do objeto psíquico de modo indissociável do método de sua apreensão. Muitos equívocos se cometem quando se confunde o objeto da psicanálise com os objetos das ciências naturais e sociais²³. Ou também quando se o assimila à hermenêutica. A psicanálise é, sim, uma disciplina empírica, mas não se sujeita às exigências probatórias próprias das ciências experimentais, posto que não lida com eventos reprodutíveis. Assim, se ela não é uma *Naturwissenschaft*, tampouco será uma *Geisteswissenschaft*, pois, ao creditar à pulsão a fonte do que virá a tornar-se psíquico, não pode aquiescer ao argumento hermenêutico que troca o argumento de Freud, de que *no início estava o ato*, por aquele outro que sustenta que *no início estava a linguagem*.

A reflexão epistemológica é, nesse sentido, solidária à experiência analítica e à experiência

clínica, pois, de modo diferente das ciências duras, por um lado, e da história, por outro, à investigação analítica interessará o passado em sua repetição no presente, ou melhor, enquanto ele é presente²⁴. Por essa razão, a psicanálise não será uma psicopatologia, mas, atendo-se ao singular – à *singularidade idiopática*²⁵ – seu método de produção de conhecimento, que tem na escuta o ponto de partida, prosseguirá no aprofundamento do estudo de um caso único mais do que na amostra comparada de sujeitos²⁶.

Ao não-saber do analista na situação clínica deve corresponder um saber positivado sobre tais peculiaridades epistemológicas de seu método, numa combinação única no meio científico que é a que se dá entre sua sensibilidade e seu rigor na observância de seu campo.

Nossos seminários teórico-clínicos buscam remontar à descoberta freudiana primordial. Privilegamos, assim, a leitura da obra de Freud, cujo conhecimento consideramos condição *sine qua non* para qualquer outro conhecimento teórico que se venha a ter em psicanálise. Cito mais uma vez Ana Maria Sigal²⁷: “escolher Freud como viga-mestra denota que qualquer conhecimento dos pós-freudianos, seja Lacan, Melanie Klein ou Bion (*eu acrescentaria Winnicott*), aprendidos sem sua relação com Freud, se torna apenas repetição de um discurso ecológico, de um pensamento sem origens.”

4. Em relação aos dispositivos institucionais

Os dispositivos institucionais de suporte a uma formação devem adequar as condições concretas do ambiente às exigências naturais do que é analítico e que diz respeito, portanto, ao objeto da psicanálise. Como afirma Renata U. Cromberg²⁸, “o que está em jogo é um enquadre de formação que permita propiciar um enquadre interno em que o analista se sensibilize para a singularidade.”

Além disso, os dispositivos garantirão, minimamente, que o ambiente tenha, em si mesmo,

efeitos analíticos de não-alienação dos sujeitos nos ideais instituídos. A instituição acolhe os analistas em uma pertinência que possibilite a troca sem, contudo, dar-lhes a garantia daquilo que jamais poderá ser garantido.

Luís Carlos Menezes²⁹ fala desse acolhimento como um “*holding*” que deve ser oferecido pela instituição: “Uma instituição tem que ter, para a formação, uma função equivalente à do enquadre numa análise. Por enquadre entendo não só a constância lugar/tempo, como também a *atitude* do analista, sua disponibilidade para manter-se não só como continente de projeções, como, mais amplamente, ser suporte das transferências. Uma das dimensões da transferência corresponde, em algum nível, à confiança, à possibilidade de acreditar no outro (tanto no sentido de dar crédito como no de crença).”

Funcionar como *holding* não significa, entretanto, uma desatenção em relação aos riscos das alienações. Por essa razão, acreditamos ser necessário cuidar para que não se estabeleçam vínculos dogmáticos com a instituição, nem com as análises, as supervisões e as teorias, numa pertinência reassuradora que redunde em alienação. Donde retiramos uma das nossas

acreditamos ser necessário
cuidar para que não se estabeleçam
vínculos dogmáticos com a instituição,
nem com as análises, as supervisões
e as teorias



disposições mais caras, que é a manutenção do caráter pluralista da instituição. Reconhecemos todos os avanços que se fazem no conhecimento psicanalítico, até mesmo porque, como afirma Renato Mezan³⁰, “nenhum dos modelos tidos por absolutos pode dar conta da complexidade da vida psíquica, cobrir todas as nuances ou explicar todos os transtornos”. E lembra que diversos analistas mais atentos romperam com as “barreiras graníticas que separavam as escolas”, a fim de constituir um pensamento próprio. Isso não significa ecletismo, na medida em que não se tomam caoticamente elementos de cada um dos sistemas, mas cada analista produz, com tais elementos, a sua *caixa de ferramentas* pessoal, com uma nova coerência interna. Aliás, conforme o recomendado por Freud. Além disso, não custa lembrar, o livre-pensar pressupõe que todas as teorias estejam sujeitas ao crivo da crítica.

Assim, a despeito das diferenças óbvias que temos no tocante às preferências teóricas, o que importa é que, como salienta Maria Cristina Ocariz³¹, todos transmitamos “o princípio ético freudiano de que a prática psicanalítica não é padronizada”. Eu acrescentaria, referindo-me a um texto de Anna Maria A. Amaral³², que a teoria, em Freud, sempre se relacionou com a experiência clínica, e que assim será com o aparato teórico de cada analista: “jamais a clínica será uma aplicação de teorias sem resto e jamais a clínica será inteiramente esclarecida pela teoria”.

23 R. Mezan corrobora a visão de G. Lebrun, segundo a qual cada disciplina possui a sua própria racionalidade, não havendo uma universalidade epistêmica: “A ciência é uma construção, mas não aleatória; ela deve respeitar o modo de ser próprio à região da realidade em que se situa seu objeto, e abordá-lo com um método que ponha em evidência suas propriedades específicas” (“Sobre a epistemologia da psicanálise”, p. 466). Assim, o objeto *psíquico*, investigado pela psicanálise, se diferencia dos objetos *ideais* (da matemática), *materiais* (das ciências duras) e *culturais* (das ciências sociais), sendo que cada um destes exige métodos distintos de pesquisa.

24 J. L. Ahumada, *Descobertas e refutações: a lógica do método psicanalítico*.

25 M. Dayan, *op. cit.*

26 J. L. Ahumada, *op. cit.* e R. S. Stoller, *Splitting: a case of female masculinity*.

27 A. M. Sigal, “O Departamento e o Curso na formação de seus analistas”, p. 107.

28 R. U. Cromberg, “Diálogos com Regina Schnaiderman”, p. 118.

29 L. C. Menezes, “O Departamento e o Curso na formação de seus analistas”, p. 112.

30 R. Mezan “Longe da ortodoxia e do ecletismo”, p. 138.

31 M. C. Ocariz, “Vinte anos de Departamento de Psicanálise: para onde vamos?”, p.111.

32 A. M. Amaral, “Tornar-se analista: variâncias e invariâncias”, p. 375.



“colocar-se como seguidor de alguém, considerar-se freudiano, bioniano ou lacaniano, traz a preocupação com a fidelidade a um texto, a um autor, e este não me parece o melhor lugar para um analista”

[Silvia L. Alonso]

É claro que enfrentamos, no dia-a-dia, inúmeros desafios que este posicionamento nos impõe. Afinal, a instituição se constitui de pessoas com todas as suas circunstâncias. Entretanto, cabe não transigir na exigência de que a ética da psicanálise, em sua radicalidade, venha a impregnar, organicamente, o funcionamento institucional.

Em um trabalho sobre a normopatia³³, tratei do risco da *normotização* que decorre da normalização na instituição psicanalítica. Ali, citei Tocqueville, que, em 1835, elogiava o papel das associações dentro do sistema democrático americano, vendo na *instituição livre* a possibilidade que os sujeitos tinham de, em condições de igualdade, dedicarem-se a uma causa comum. E de reverterem o risco do individualismo que, na democracia, pode se expressar sintomaticamente no desinteresse dos homens uns pelos outros. Contudo, por outro lado, ele manifestava sua preocupação com o risco inconveniente da transformação da sociedade num rebanho uniforme, acrítico e obediente, impedindo o aparecimento e o desenvolvimento de individualidades marcantes.

A partir de Tocqueville, Pierre-Henri Castel³⁴ pergunta se as associações psicanalíticas seriam *instituições livres*, no sentido de que conseguissem refrear a tendência do desinteresse de uns homens pelos outros. Eu acrescentaria: que abrigasse seus membros resguardando a liberdade criativa dos indivíduos. A propósito,

concluí o trabalho sobre a normopatia com a seguinte indagação: “Como não pensar nos agrupamentos em torno de *ortodoxias*: freudianos, lacanianos, kleinianos, bionianos e, mais recentemente, winnicottianos, entre outros *ianos* menos votados? Como é possível ser *ortodoxo* em psicanálise, se esta pressupõe a escuta do novo, em vez de fechamento para ele? *Ortodoxia*, lembremos, é a ação de *orthos*: normatização que redundando em rigidez e em intransigência ao que é novo ou diferente. O compromisso da psicanálise, ao contrário, é com *pathos*, que rejeita, pela sua própria natureza, toda forma de enquadramento ou de normalização”³⁵.

Sobre esse mesmo problema, Silvia L. Alonso³⁶ faz a seguinte afirmação, que traduz fielmente as nossas inquietações sobre os riscos da normalização institucional e de seus efeitos deletérios sobre a criatividade: “Colocar-se como seguidor de alguém, considerar-se freudiano, bioniano ou lacaniano, traz a preocupação com a fidelidade a um texto, a um autor, e este não me parece o melhor lugar para um analista. Manter-se como analista na experiência da escuta coloca-nos em um lugar difícil. Um lugar no qual se deve suportar as transferências, um contato permanente com a incerteza, com a irrupção do desconhecido, com o que é do processo primário, e do funcionamento associativo. E isso traz conseqüências para a relação que se tem com as teorizações. Acredito que muitos analistas, para lidar com o equilíbrio instável que se vive na clínica, buscam certa estabilidade narcísica atribuindo a um autor ou a um pensamento a totalidade do saber, mantendo uma relação de fidelidade e absoluto dogmatismo. Com isso, correm o risco de se converterem em meros repetidores”.

Compreendemos nossos dispositivos de formação – o “Curso” e, posteriormente, as atividades departamentais de formação contínua – como um espaço facilitador que não se oferece como molde nem como garantia, o que traria um efeito ilusório de autorização. Preferimos, por isso, falar em *reconhecimento*

entre pares a falar em *autorização*, pelo que optamos de modo muito consciente pelo caráter não-oficial de nossa formação, desvinculando-a de qualquer intervenção oficial, ainda que seja a atribuição de um título de especialista que em nada mudaria nossos procedimentos internos.

Os alunos ou ex-alunos do Curso de Psicanálise podem pleitear a admissão no Departamento de Psicanálise – como, aliás, todo analista pode fazer – mediante o pedido, feito a uma Comissão de Admissão, para falar de seu desejo de pertinência e de sua condição de analista. Uma vez admitido, ele será um par, sem diferença hierárquica em relação aos outros membros. A própria fundação do Departamento de Psicanálise, em 1985, teve como diretrizes básicas, de acordo com Maria Laurinda Ribeiro de Souza³⁷, “o desejo de formar um espaço menos hierarquizado de poder, uma forma de gestão mais igualitária na qual se abolissem as diferenças hierárquicas entre alunos, ex-alunos e professores”.

Deste desejo surge um outro dispositivo institucional, que é a possibilidade da livre iniciativa na proposição das atividades departamentais, como enfatiza Miriam Chnaiderman³⁸: “o que é interessante no Departamento”, diz ela, “é alguém querer fazer alguma coisa e propor”, numa fidelidade a uma outra marca política fundamental de nossa origem, que foi a militância libertária de Madre Cristina Sodré Dória.

Estarmos inseridos no Instituto Sedes Sapientiae, com sua história de luta pela justiça

33 F. C. Ferraz, “A loucura suprimida: normopatia, pós-modernidade e instituições psicanalíticas”.

34 P.-H. Castel, “Igualdad de las condiciones y normalización de los individuos: cuestiones a partir de Tocqueville”.

35 F. C. Ferraz, *op. cit.*, p. 43.

36 S. L. Alonso, “A construção do analista”, p. 132.

37 M. L. R. de Souza, “Vinte anos de Departamento de Psicanálise: para onde vamos?”, p. 108.

38 M. Chnaiderman, “Vinte anos de Departamento de Psicanálise: para onde vamos?”, p. 114.

39 M. F. Vicente, “Vinte anos de Departamento de Psicanálise: para onde vamos?”, p. 108.

40 M. P. Fuks, “Por uma história do Curso de Psicanálise”, p. 9.

41 C. Monteiro, “O Departamento e o Curso na formação de seus analistas”.

42 M. P. Fuks, *op. cit.*

»
*preferimos, por isso,
falar em reconhecimento entre
pares a falar em autorização, pelo que
optamos de modo muito consciente
pelo caráter não-oficial
de nossa formação*

social, não deixa de ter efeitos. Esta é uma marca de nossa origem, que se faz presente na práxis departamental, seja na forma como concebemos nossa organização interna, seja na ética que procuramos imprimir nas escolhas de nossos posicionamentos no campo da saúde mental, dos movimentos sociais e nos rumos que definimos para nossa pesquisa e nossas produções. Maria de Fátima Vicente³⁹, falando de nossas marcas distintivas, lembra que sempre foi uma preocupação central do Departamento de Psicanálise contemplar uma produção psicanalítica “que levasse em conta a realidade social do país e reconhecesse o trabalho do psicanalista no campo social.”

Como afirma Mario P. Fuks⁴⁰, nosso surgimento como instituição psicanalítica se deu a partir do “questionamento científico, ideológico e político da instituição oficial”, o que era possível no seio de uma instituição com as características do Sedes em um momento político crucial para o Brasil e para a América Latina, em que se buscava imprimir o caráter de resistência (não na acepção psicanalítica!) aos empreendimentos intelectuais. Cleide Monteiro⁴¹ complementa ao dizer que aderir ao Sedes tinha – e julgo que ainda tem – o caráter de ratificar um certo posicionamento político, donde se pode depreender que a marca inaugural, da qual fala Mario P. Fuks⁴², renova-se na *opção* que fazemos, desde as origens, pela pertinência ao Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

Referências bibliográficas

- Ahumada J. L. (1999). *Descobertas e refutações: a lógica do método psicanalítico*. Rio de Janeiro: Imago.
- Alonso S. L. (1994). Mal-estar inevitável – espaços possíveis (situando algumas questões). *Percurso*, ano VII, n. 12.
- _____. (2001). A construção do analista (Entrevista). *Percurso*, ano XIV, nº 27.
- _____. (2005). A apropriação das heranças no caminho da construção do analista. *Jornal de Psicanálise*, v. 38, n. 69.
- Amaral A. M. A. (2005). Tornar-se analista: variâncias e invariâncias. *Jornal de Psicanálise*, v. 38, n. 69.
- Castel P.-H. (1994). Igualdad de las condiciones y normalización de los individuos: cuestiones a partir de Tocqueville. In Fundación Europea para el Psicoanálisis. *La normalidade como sintoma*. Buenos Aires: Kliné.
- Chnaiderman M. (2005). Vinte anos de Departamento de Psicanálise: para onde vamos? (Entrevista). *Percurso*, ano XVII, n. 35.
- Cromberg, R. U. (2005). Diálogos com Regina Schnaiderman (Debate). *Percurso*, ano XVIII, n. 35.
- Dayan, M. (1994). Normalidad, normatividad, idiopatia. In Fundación Europea para el Psicoanálisis *La normalidade como sintoma*. Buenos Aires: Kliné.
- Ferraz, F. C. (2003). A loucura suprimida: normopatia, pós-modernidade e insituições psicanalíticas. In Fuks, L. B. & Ferraz, F. C. (orgs.) *Desafios para a psicanálise contemporânea*. São Paulo: Escuta.
- Freud, S. (1914). A história do movimento psicanalítico. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1980; v. 14.
- Frochtengarten J. (1994). A necessária inquietude de quem transmite. *Percurso*, ano VII, n. 12.
- Fuks L. B. (2002). Formação e supervisão. *Psicanálise e Universidade*, n. 16.
- Fuks M. P. (1988). Por uma história do Curso de Psicanálise. *Percurso*, ano I, n. 1.
- Gurfinkel D. (2005). Diálogos com Regina Schnaiderman (Debate). *Percurso*, ano XVIII, n. 35.
- Kernberg O. F. (2005). Crítica comprometida à educação psicanalítica. *Jornal de Psicanálise*, ano 38, n. 69.
- Menezes L. C. (1994). O Departamento e o Curso na formação de seus analistas (Entrevista). *Percurso*, ano VII, n. 12.
- Mezan R. (2002). Sobre a epistemologia da psicanálise. In *Interfaces da psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (2004). Longe da ortodoxia e do ecletismo (Debate). *Percurso*, ano XVII, n. 33.
- Monteiro C. (1994). O Departamento e o Curso na formação de seus analistas (Entrevista). *Percurso*, ano VII, n. 12.
- Nasio J.-D. (1993). *Cinco lições sobre a teoria de Jacques Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Ocariz M. C. (2005). Vinte anos de Departamento de Psicanálise: para onde vamos? (Entrevista). *Percurso*, ano XVII, n. 35.
- Pereira M. E. C. (2005). O ato analítico e a questão da formação do psicanalista. *Jornal de Psicanálise*, v. 38, n. 69.
- Schnaiderman R. (1988). Política de formação em psicanálise: alinhavando algumas anotações de leitura. *Percurso*, ano I, n. 1.
- Sigal A. M. (1994). O Departamento e o Curso na formação de seus analistas (Entrevista). *Percurso*, ano VII, n. 12.

_____. (2008). *Psicanálise e Universidade: entre ensinar psicanálise e formar psicanalistas*. Inédito.

Silva Jr. N. (2003). Psicanálise: uma titulação, uma especialização, uma profissão? Debate promovido pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, São Paulo. Inédito.

Souza M. L. R. (2005). Vinte anos de Departamento de Psicanálise: para onde vamos? (Entrevista). *Percurso*, ano XVII, n. 35.

Stoller R. S. (1997). *Splitting: a case of female masculinity*. New Haven and London: Yale University Press.

Tanis B. (2005). Considerações sobre a formação psicanalítica: desafios atuais. *Percurso*, ano XVIII, n. 35.

Tocqueville A. (1835). A democracia na América. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

Vicente M. F. (2005). Vinte anos de Departamento de Psicanálise: para onde vamos? (Entrevista). *Percurso*, ano XVII, n. 35.

The transmission of Psychoanalysis and psychoanalytic formation

Abstract This paper stems from the psychoanalytical transmission experience and training in the Psychoanalysis Department of Sedes Sapientiae Institute, in order to present the theoretical grounds of the so called *analytical tripod*. The paper claims that an institutional project on psychoanalytical training should be grounded on epistemological convictions about the object of psychoanalysis, the analytical practice and the appropriate institutional conditions. All the elements of the tripod should result in analytical effects. Moreover, the subjacent institutional devices should also work in agreement with the tripod, creating a friendly atmosphere, however not leading to alienation.

Key words Transmission of psychoanalysis; psychoanalytic training; psychoanalytic tripod

Texto recebido: 04/2008

Aprovado: 08/2008